



REPRIMARIZAÇÃO DA ECONOMIA BRASILEIRA E SUAS RAÍZES NO SUBDESENVOLVIMENTO

Rafaela Carolina Lopes¹,
Marcelo José Moreira²

1 Graduanda em Ciências Econômicas,
CCSEH/Universidade Estadual de Goiás,
cl.rafaela@gmail.com;

2 Docente do Curso de Graduação em Ciências
Econômicas, CCSEH/Universidade Estadual de Goiás,
Anápolis (GO)

PALAVRAS-CHAVE: Subdesenvolvimento. Economia Brasileira. Reprimarização da Pauta de Exportações. Desindustrialização.

INTRODUÇÃO

A estrutura da economia brasileira esteve, historicamente, voltada para o comércio exterior, característica fundamental de um modelo agroexportador. Entre os mais variados impasses deste modelo, pode-se citar como principal, sua vulnerabilidade elevada, uma vez que está suscetível às oscilações externas.

A situação de dependência da economia brasileira em relação aos países desenvolvidos está intimamente ligada ao processo de formação do país e à forma como sua economia foi conduzida durante os cinco séculos de Brasil.

Até a década de 1930, a industrialização brasileira era ainda incipiente, fortemente arraigada à economia cafeeira. Com um processo de industrialização tardia, decorrente de seu próprio desenrolar histórico e característico de uma estrutura subdesenvolvida, o país buscou adotar modelos que ocasionassem um deslocamento do centro dinâmico de sua economia de “fora” para “dentro”. No entanto, desde a década de 1990, os índices da produção industrial brasileira estão sofrendo constante redução, enquanto o país tem exportado cada vez mais produtos primários em termos absolutos.

Assistiu-se gradativamente a um retrocesso no que importantes pensadores, como Furtado (1981) e Prebisch (1949), consideravam o único meio de superação da condição de subdesenvolvimento – a industrialização. Recentemente, tem sido discutida a



possibilidade da existência de dois fenômenos que atuam de maneira conjugada na economia brasileira – a desindustrialização e a reprimarização da pauta de exportações.

Depara-se com um ponto crucial, em que o Brasil precisa decidir se quer voltar a ser um simples fornecedor de commodities e produtos de baixo valor agregado para os países centrais ou se pretende se tornar uma nação com capacidade produtiva para competir com as grandes potências. Isto é, tem-se um *trade-off* na economia brasileira: ou o país se industrializa, como papel fundamental para o desenvolvimento, ou participa do jogo internacional como exportador de produtos com baixo valor agregado – primários. Portanto, se faz ainda relevante um estudo que pautado nas formulações teóricas acima mencionadas possa apresentar as consequências da estrutura subdesenvolvida brasileira em seu modelo de industrialização e em sua pauta de exportações. Desse modo, o presente estudo visa a investigar a Desindustrialização e a Reprimarização como fenômenos conjugados do Subdesenvolvimento brasileiro recente, com vistas a responder se ambos estão ocorrendo nos últimos anos.

Pretende-se analisar as possíveis relações entre a estrutura subdesenvolvida brasileira em seu modelo de industrialização e na reprimarização de sua pauta de exportações. Assim, é relevante questionar como a relação de dependência do Brasil com os países desenvolvidos ocasionou entraves ao aperfeiçoamento de sua capacidade produtiva e, conseqüentemente, à sua industrialização e recentemente tem provocado uma reprimarização da pauta de expotações da economia brasileira.

MATERIAL E MÉTODO

A pesquisa se caracteriza por ser qualitativa bibliográfica, uma vez que trata o assunto trabalhado à luz da bibliografia existente, tendo como fonte de dados: livros, revistas científicas, jornais, teses e dissertações e artigos científicos encontrados em sítios eletrônicos, além de bancos de dados de instituições de pesquisa.

O método utilizado para análise é o enfoque histórico-estrutural, que traduzido no pensamento cepalino, é edificado por três conceitos fundamentais: sistema, estrutura e processo e consiste numa contraposição ao princípio universalista subjacente às teorias convencionais do desenvolvimento. Segundo essa visão metodológica, o contexto histórico é



fundamental para se compreender o funcionamento da economia e da sociedade. Desse modo, embora a ciência econômica e social deva buscar estabelecer leis gerais, também é necessário reconhecer que uma teoria geral encontra dificuldades ao tentar explicar circunstâncias históricas diversas e processuais. Partindo da ideia de que a economia é uma ciência social e as estruturas econômicas e sociais são amplamente variáveis, é difícil inferir que uma teoria possa ser válida para todo o tempo e lugar (SANTOS, 2011).

Portanto, é nesse sentido que os pensadores cepalinos entendem a necessidade de elaborar uma análise direcionada à realidade socioeconômica dos países subdesenvolvidos, tendo em vista as diferenças significativas entre estes e aquelas economias desenvolvidas. É a partir deste enfoque que o presente estudo se delinea, buscando responder a indagação fundamental, que consiste na ocorrência da reprimarização e da desindustrialização na economia brasileira recente enquanto fenômenos de seu subdesenvolvimento, a partir do entendimento da própria realidade periférica.

RESULTADOS

Os países periféricos da América Latina não desenvolveram estruturas muito diversificadas nem tampouco as integraram com um setor primário-exportador dinâmico, tornando-se incapazes de difundir progresso técnico os demais setores da economia, de empregar produtivamente a mão-de-obra e de permitir o crescimento sustentado dos salários. E na contramão da teoria neoclássica, essas consequências negativas se reproduziriam com o decorrer do tempo na ausência de uma indústria dinâmica, entendida por Prebisch (1949) e os demais estruturalistas como a principal responsável pela absorção dessa alta oferta de mão-de-obra e pela geração e difusão do progresso técnico (COSTETE, 2001).

Nos países centrais, a incorporação do progresso técnico e o aumento de produtividade ocorrem de modo muito mais intenso do que nas economias periféricas - exportadoras de produtos primários -, o que ocasionaria, portanto, a uma diferenciação da renda entre centro e periferia, favorecendo o primeiro. Além disso, deve-se enfatizar o conceito de deterioração dos termos de troca, em que os preços de exportação dos produtos primários tendem a apresentar uma evolução desfavorável frente à dos produtos manufaturados produzidos pelos países desenvolvidos.



É a partir da situação de dependência das economias periféricas em relação às economias centrais, que pode-se analisar também a condição de subdesenvolvimento do Brasil. Segundo Furtado (1981), o desenvolvimento econômico não precisa apresentar como implicação necessária a redução da participação do comércio exterior. O que se propõe é a transformação do papel do comércio exterior na economia do país, aliado ao processo de desenvolvimento econômico. Numa primeira etapa, a indução externa desempenharia o papel de fator dinâmico principal para determinar o nível de demanda efetiva e, por conseguinte, de renda. Numa segunda etapa, aumentaria a importância estratégica do comércio exterior no processo de formação de capital.

Ao se especializar na exportação de produtos primários, a periferia apresenta perdas significativas no que diz respeito ao comércio mundial. A baixa elasticidade-renda do centro mostra que a demanda por produtos da periferia não acompanha a elevação da renda nos países centrais. Ademais, a periferia não consegue reter os ganhos de produtividade difundidos pelo progresso tecnológico, acarretando uma transferência de renda, por meio do comércio, das regiões periféricas para o centro. Com o decorrer do tempo, as economias periféricas, como a brasileira, tendem a retroceder em termos de sua estrutura produtiva, voltando-se para a reprimarização de sua pauta de exportações tendo em vista a incapacidade estrutural, própria dos países subdesenvolvidos, de consolidar/expandir o setor industrial, de modo que se torne o motor do desenvolvimento econômico. O que se tem assistido é um processo de desindustrialização, isto é, perda de participação do emprego e do valor adicionado industrial no emprego total e no PIB (Produto Interno Bruto) brasileiro.

De acordo com a literatura existem dois tipos de desindustrialização: a desindustrialização positiva, própria de países desenvolvidos, e a desindustrialização precoce ou negativa, um fenômeno que tem surgido nos países subdesenvolvidos a partir da década de 1990 (CANO, 2012). Nos últimos vinte anos, a economia brasileira tem sofrido um processo de desindustrialização, ocasionado pela combinação de reformas econômicas neoliberais, deflagradas na década de 1990, que acarretaram a abertura comercial e financeira, a valorização dos meios de troca e do câmbio apreciado.

Constatada a existência do processo de desindustrialização no caso brasileiro, cabe ainda verificar se o fenômeno é o resultado da ocorrência de “doença holandesa”,



caracterizada pelo abandono do antigo regime de substituição de importações e o retorno do padrão de especialização produtiva em recursos naturais.

CONCLUSÃO

O Brasil alcançou, no decorrer de sua história, um nível razoável de industrialização. Contudo, se mostrou incapaz de sustentar a existência de um processo dinâmico de consolidação do setor industrial. Com baixos níveis de investimento, a indústria tem perdido importância relativa no emprego total e no valor adicionado, a produtividade tem se elevado mais em função da redução da mão de obra do que da acumulação em si e do progresso técnico. Ademais, o aperfeiçoamento industrial ainda é limitado e a pauta de exportações continua se baseando em produtos primários e manufaturas de baixo valor agregado. Portanto, o avanço no setor industrial alcançado, em períodos anteriores, não foi suficiente para disseminar-se de modo a gerar encadeamentos e estabelecer dinamismo na indústria como um todo.

O processo de desindustrialização brasileiro é considerado precoce/negativo, uma vez que se iniciou em um nível de renda per capita inferior àquele observado nos países desenvolvidos quando estes sofreram o processo de desindustrialização – enquanto resultado natural do amadurecimento de suas economias, por isso chamada desindustrialização normal ou positiva. Aliado à industrialização, o Brasil vivencia a reprimarização de sua pauta de exportações, haja visto ser um país rico de bens intensivos em recursos naturais, que em um período mais recente, nos anos 2000, devido ao aumento dos preços internacionais das commodities agrícolas e minerais, tem sido impulsionado a se dedicar à exportação de produtos primários.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CANO, W. A Desindustrialização no Brasil. **Economia e Sociedade**, Campinas, v. 21, p. 831-851, 2012. Disponível em: <www.eco.unicamp.br/docprod/downarq.php?id=3235&tp=a>. Acesso em: 07 jul. 2014.

COLISTETE, R. P. O desenvolvimento cepalino: problemas teóricos e influências no Brasil. **Revista Estudos Avançados**, v. 15, n. 30, p. 21-34, 2001. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S103-40142001000100004>. Acesso em: 10 de julho de 2015.



ANAIS - Seminário de Pesquisa, Pós-Graduação, Ensino e Extensão do CCSEH – SEPE
Os desafios para a formação do sujeito e os rumos da pesquisa e da extensão universitária na atualidade - 26 a 28 de agosto de 2015.

FURTADO, C. **O Brasil Pós-“Milagre”**, São Paulo: Paz e Terra, 1981.

PREBISCH, R. O desenvolvimento econômico da América Latina e alguns de seus principais problemas. In: **Boletim Econômico da América Latina**, Santiago do Chile, v. 7, n.1. 1949. Disponível em: <<http://archivo.cepal.org/pdfs/cdPrebisch/003.pdf>>. Acesso em: 10 de julho de 2015.

SANTOS, F. P. O enfoque histórico-estrutural e a crítica relegada. **Textos de Economia**, Florianópolis, v. 14, p. 51-81, 2011. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/economia/article/download/2175-8085.2011v14n1p51/21682>>. Acesso em: 15 de julho de 2015.